

Crise na Supervia mobiliza parlamentares, poder público, engenheiros e especialistas durante Audiência Pública no Crea-RJ

Preocupado com os transtornos frequentes que impactam a vida dos usuários de trens no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado promoveu na última sexta-feira (14) uma Audiência Pública com o tema: “Supervia: Crise no Sistema Ferroviário na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Por Uma Mobilidade Mais Humana”. O evento, que lotou o auditório do Crea-RJ, reuniu especialistas em mobilidade urbana, associações, engenheiros, técnicos e representantes do poder legislativo e de prefeituras de municípios atendidos pela Supervia. Foram três horas de palestras e debates que tiveram o objetivo de levantar todos os problemas que envolvem a circulação dos trens na região metropolitana, a fim de unir forças e buscar soluções para a crise no setor.

Com a participação intensa do público presente, o presidente do Crea-RJ, Luiz Antonio Cosenza, abriu a Audiência Pública apelando para a necessidade urgente de todos os agentes envolvidos com a questão buscarem saídas para o transporte ferroviário, que é fundamental para o ir e vir da população fluminense. Participaram da mesa os estaduais Martha Rocha e Luiz Paulo Corrêa da Rocha; o administrador judicial da Supervia, Evandro Gomes; o Coordenador do Fórum de Mobilidade Urbana do Rio, Licínio Rogério – que é também presidente da Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro -; e o coordenador da Comissão de Mobilidade Urbana do Crea-RJ, Itamar Marques Júnior.

Na foto, o coordenador da Comissão de Mobilidade Urbana do Crea-RJ, Itamar Marques Júnior; a deputada Martha Rocha; o presidente do Crea-RJ, Luiz Cosenza; o deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha; e o administrador judicial da Supervia, Evandro Gomes.

A deputada Martha Rocha (PDT) lembrou de sua participação na CPI dos Trens, na Assembleia Legislativa (ALERJ), no ano passado. “Foi muito importante a instalação desta CPI porque pudemos fazer um robusto diagnóstico e identificar os desafios que envolvem o transporte ferroviário, sobretudo na mobilidade urbana. Hoje, além dos problemas da tarifa, da acessibilidade e da manutenção do sistema,

temos uma questão crucial, que é o domínio das linhas férreas pelo crime organizado. E não há lugar melhor para discutirmos tudo isso que o Conselho de Engenharia. Precisamos somar forças para sair desta situação”, disse a parlamentar.

Vítor Mihessen, Coordenador da Casa Fluminense – entidade que constrói coletivamente políticas e ações públicas para a Região Metropolitana do Rio -, destacou que “a mobilidade urbana é um direito da população e não uma mercadoria. Isso precisa estar no foco quando se discute a operação e o financiamento deste serviço, que é público, garantido na Constituição. Licínio Rogério, do Fórum de Mobilidade e da FAM, concorda e diz que tem que mudar muita coisa. “Do jeito que está a Supervia não funciona. Creio que o Governo do Estado deveria tomar conta do sistema ferroviário, criando operações fatiadas. Por exemplo, uma empresa cuidaria da via permanente; outra ficaria responsável pela rede aérea; uma empresa de telefonia forneceria o sistema de comunicação dos trens, sem fios, para ninguém roubar; uma outra empresa cuidaria da operação dos trens; e caberia ao Estado fazer toda a gestão. Com isso o passageiro seria atendido com mais respeito”, sugere.

Por parte da Prefeitura do Rio de Janeiro, esteve presente no evento o Subsecretário de Integração Metropolitana, Henrique Silveira. “A Prefeitura do Rio hoje entende que precisa ter um papel mais cooperativo e solidário na região metropolitana. Levo daqui a proposta do deputado Luiz Paulo, que disse que a situação da Supervia é tão grave que cabe a proposta de estatização do sistema, com o poder público assumindo a gestão do sistema ferroviário. Lembro que o Prefeito Paes viveu uma situação similar, quando encampou o BRT”.

O deputado Luiz Paulo (PSD), foi além. Ao destacar que o Governo fluminense, sozinho, não tem condições de resolver a questão, sugere outra solução: “O Governo Federal está reunindo sugestões para desenhar o seu Plano Plurianual de 2024 e eu acho que cabe ao Governo do Estado propor uma gestão compartilhada do transporte ferroviário, que envolveria a União, o Estado e os Municípios servidos hoje pela Supervia. Não há outra saída, já que o volume de recursos necessários é bastante significativo. Sem esta parceria, um fica empurrando a responsabilidade para o outro e nenhum resolve”, pontua o político.

Ao final, o presidente do Crea-RJ ressaltou a importância da Audiência Pública para apontar caminhos que levem à solução dos problemas do sistema ferroviário fluminense. “Por que o Metrô, que tem uma quilometragem de linha muito menor que a Supervia, está transportando 900 mil pessoas por dia útil e a Supervia está transportando 350 mil? Não será por causa da qualidade do serviço prestado? Tem

gente que acaba optando pelo ônibus porque não aguenta esperar o trem. São cinco, seis horas que muitos passageiros perdem, diariamente, no ir e vir do trabalho”. Além disso, Luiz Cosenza lembrou de um outro tema crucial que foi abordado, que é a situação precária das passarelas que ficam sobre a linha férrea. “Com o apoio de nossa Câmara Civil, faremos um levantamento da situação de todas as passarelas e apresentaremos um relatório aos deputados e ao governador. Depois amanhã acontece um acidente e não podem dizer que o Crea não avisou. Não podemos esperar que haja um desabamento e mate pessoas”, conclui Cosenza.

<https://jornaldr1.com.br/2023/07/crise-na-supervia-mobiliza-parlamentares-poder-publico-engenheiros-e-especialistas-durante-audiencia-publica-no-crea-rj.html>

Veículo: Online -> Site -> Site Jornal DR1